

EVOLUÇÃO DO CORPO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO FRANCÊS (1)

Capitão NEYRON DE SAINT-JULIEN

("Revue Militaire D'Information", dezembro de 1964)

Trad. do Ten-Cel Art (QEMA)

RUBENS MARIO JOBIM

2.ª PARTE

A SITUAÇÃO ATUAL

II — A SITUAÇÃO ATUAL

Com o fim da guerra da Argélia, e apesar das novas preocupações dos oficiais, parece inútil reconsiderar as realidades sociológicas tal como surgiram a Girardet. Após cinco anos, as análises das origens sociais, familiares e geográficas continuam exatas. Na medida em que retomamos, em essência, este tipo de análise, deixando de lado os estudos psicológicos, cujo caráter fatalmente subjetivo não apresenta interesse a longo prazo, podemos considerar o dossiê Girardet como um documento de referência.

O Exército não persiste um exército inteiramente voltado para os teatros de operações, como foi o Exército francês durante vinte anos; não pode ter o mesmo sistema de vida, sem se consagrar suficientemente às tarefas de instrução, missão principal em tempo de paz. Esta reconversão do Exército é clara, e, na instrução, é preciso também compreender a formação dos oficiais. Uma série de reformas mostrou a importância atribuída pelo comando à formação dos quadros. Daí resultam tendências novas para o Exército, e, a longo prazo, um novo estilo para certas categorias de oficiais. Estas alterações, mais sensíveis à medida em que vão sendo aplicadas as reformas, não puderam ser conhecidas por Girardet. É preciso, pois, completar seu dossiê, e, logo de início, no capítulo da formação dos oficiais e de seu nível cultural.

(1) (Conclusão do n.º de Jul/Agô).

A reformulação do concurso para Saint-Cyr

Neste ponto, é chocante constatar, entre certos oficiais, uma tendência a subestimar seu próprio meio. Seria interessante, por exemplo, conhecer que percentagem de bacharéis os próprios oficiais atribuem ao Exército, em seu todo. Sem dúvida, concordariam freqüentemente em declarar que 20% dos oficiais, quando, do fato de 30% dos oficiais serem agora oriundos do recrutamento direto (donde, automaticamente, bacharéis), este número é em realidade de quase 40%.

Esta reflexão leva-nos a debruçar-nos sobre o conjunto dos estudos levados a efeito, desde algum tempo, sobre a elevação do nível de formação dos oficiais. A questão é de uma atualidade toda particular, já que os trabalhos de uma comissão mista Exército-Educação Nacional chegaram ao estabelecimento de um projeto de reformulação do concurso a Saint-Cyr. A aplicação deste projeto levará a exigir dos oficiais-alunos admitidos à escola especial militar, uma cultura do mesmo nível exigido para os candidatos às grandes escolas de quadros superiores. Este foi o objetivo fixado pelo Ministro das Forças Armadas ao presidente da comissão: "Elevar o nível para seleção dos Oficiais do Exército, paralelamente aos demais quadros da Nação". Reportemo-nos à situação, tal como se apresentava a Raoul Girardet.

Se o Exército teve, desde a última guerra, dificuldades de recrutamento direto, esta dificuldade dizia respeito, essencialmente, à Escola Politécnica, que não forneceu ao Exército senão 1% dos novos oficiais, entre 1950 e 1957. Durante este mesmo período, 28,5% dos oficiais provinha, efetivamente, do recrutamento direto, praticamente, portanto, da única divisão Saint-Cyr do ESMIA, em Coëtquidan. Esta fonte parecia não se dever secar. Mas é preciso reconhecer que o número de candidatos havia sido mantido em proporções honrosas, graças a certos artificios: o limite de idade fôra dilatado para 23, 24 anos, para os candidatos em serviço ativo e, sobretudo, o programa tradicional do concurso, de caráter essencialmente científico, fôra diversificado pelo estabelecimento de novas opções, história e geografia, assim como línguas.

É preciso admitir que o concurso para Saint-Cyr tornou-se um dos mais fáceis dentre os das grandes escolas. Este concurso vem de ser reformulado oficialmente, com base nas propostas aprovadas, a 9 de outubro de 1963, pelo Ministro das Forças Armadas e, em junho de 1964, pelo Ministro da Educação Nacional. Uma instrução ministerial fixará, brevemente, a organização, as provas e os programas do novo concurso. Os futuros candidatos deverão doravante atingir, no mínimo, o nível propedêutico (1), em ciências ou letras, segundo a opção escolhida. A história e a geografia vêm como complemento obrigatório de cultura geral, nessas duas opções.

O novo concurso a Saint-Cyr, mesmo conservando o caráter de cultura geral a que era vinculado, abre doravante, aos alunos de Saint-Cyr, a

(1) A referência a este diploma pode ainda ser mantida, embora a propedêutica venha a ser brevemente suprimida.

possibilidade de obter, no curso de seus anos de formação para a escola, certificados universitários, literários ou científicos, segundo a opção adotada para o exame de admissão (2). Esta reforma permitiu uma melhoria certa do nível cultural dos alunos de Saint-Cyr, há quatro anos, constatada tanto nas médias exigidas para a admissão à escola, como nos resultados obtidos pelos alunos de Saint-Cyr; a elevação das médias, no concurso para Saint-Cyr, está consignada no quadro abaixo :

1961	10,84
1962	11,34
1963	11,43
1964	11,64

Uma melhoria correspondente é observada nos resultados obtidos por Saint-Cyr na Faculdade de Rennes, em 1963. Em 1964, os inscritos são 98, para os certificados de ciências, e 93, para os certificados de língua.

Esta evolução em Saint-Cyr é assinalada, finalmente, pelo fato de os melhores alunos apresentarem-se para dois certificados, e não mais para apenas um.

CIÊNCIAS			LÍNGUAS		
Apresentados	Diplomados	%	Apresentados	Diplomados	%
79	43	64%	49	18	36%

O recrutamento indireto

No que respeita ao recrutamento indireto, as conclusões de Girardet, igualmente válidas quanto às origens sociais, não o são quanto ao nível escolar : não se exigia dos candidatos à antiga divisão "Corpo de Tropa", do ESMIA, o que agora se exige dos candidatos à atual "Escola Militar Interarmas". Para esta categoria de recrutamento, a percentagem dos bacharéis é doravante totalmente diversa, e é suficiente comparar este quadro extraído do dossiê Girardet, com seu correspondente atual, para disto ficar-se convencido.

Promoção e efetivo	BACHARELATO 1.ª Parte		BACHARELATO 2.ª Parte	
	Número	%	Número	%
1957 - 1958 : 181	65	35,9	38	20,9
1958 - 1959 : 191	49	25,6	26	13,6
1963 - 1964 : 163	42	25,76	99	60,73

(2) Esta solução de classificação de admissão em separado, letras ou ciências, é análoga à aplicada para o concurso de admissão à Escola Normal Superior.

Para esta última promoção, tendo sido elevado o nível do concurso, pode-se estimar, razoavelmente, que os vinte e dois alunos não bacharéis são do nível do primeiro bacharelato. É preciso notar, sobretudo, que a admissão à ESMIA (Escola Militar Interarmas), levando em conta a reforma do bacharelato, exigirá dos candidatos o diploma de bacharel completo em três anos.

Por fim, assinalemos que esta evolução já está instituída no nível dos candidatos em preparação para entrada na ESMIA, na Escola Militar de Strasbourg, nível que podemos estabelecer assim para 1964 (candidatos corpo de tropa e candidatos em título reunidos).

Num efetivo total de 336, encontra-se:

— titulares do 1º bacharelato :	192
— titulares do 2º bacharelato :	39
— nível do 1º bacharelato :	63
— nível inferior ao 1º bacharelato :	42

O ensino militar superior

O interesse do Comando na formação dos oficiais não se verifica somente quanto às classes preparatórias e ao início da formação dos quadros, mas abrange toda a sua carreira. Sempre se admitiu que se o oficial era lançado na carreira mais jovem que seus camaradas das grandes escolas civis, tinha que completar sua formação ao longo de sua vida militar. Esta noção de "reciclagem", adotada como uma necessidade no mundo dos negócios há bem pouco tempo, de há muito é admitida no Exército. É assim que a Escola de Estado-Maior e a Escola de Guerra preparam cada ano, há perto de setenta anos, para missões e responsabilidades que não interessavam ao nível dos Saint-Cyrianos quando de sua passagem pela escola.

Entretanto, se a Escola de Guerra permite ascender a um nível superior de conhecimentos militares e a um grau não menos elevado de conhecimentos gerais, ela não prepara, apesar da ligação direta desses brevetados com os organismos científicos e técnicos, para conceber os materiais futuros, nem para lhes dirigir as experimentações.

Foi, portanto, para completar o ensino militar superior, neste domínio, que ficou decidida, em 1947, a criação do EMSCT (Ensino Militar Superior Científico e Técnico). Esse organismo de direção devia, pois, permitir a coordenação dos estudos dos oficiais estagiários nas escolas de engenharia e nas diversas faculdades. O princípio dessa formação não foi apresentado no dossiê Girardet, mas como o EMSCT assume cada vez mais importância, parece difícil não mencionar este importante aspecto do acesso de um número não negligenciável de oficiais.

Para levar esses oficiais aos *brevets* e diplomas técnicos, a direção do EMSCT não assegura diretamente o ensino dos estagiários, mas recorre às faculdades e às escolas civis e militares. O nível científico

mínimo exigido para os candidatos é um certificado de estudos superiores preparatórios ou um título equivalente. A escolha dos oficiais leva em conta não somente seus títulos científicos e técnicos, mas também seu valor militar. Ademais, os candidatos devem ter servido na tropa, no mínimo, três a quatro anos.

Que formação oferece o EMSCT? Está escalonada em três anos e compreende, principalmente :

— Dois anos de estudos científicos, em uma grande escola de engenharia, faculdade ou laboratório; os ramos são os mais diversos : armamento, eletricidade ou eletrônica, motores, física nuclear, química, estatística, ótica, meteorologia, geodésia, aeronáutica, pontes, canais e estradas, problemas humanos, etc. Recentemente vem de ser feita extensão às disciplinas não científicas, nos domínios jurídicos, econômicos e financeiros, bem como nos da história, geografia e línguas.

— Uma licença ou um título de engenheiro sanciona êste ciclo de estudos, ao qual sucede seis meses de estágio de aplicação, com um trabalho pessoal a executar.

— A seguir, vem um estágio de cinco meses na Escola de Estado-Maior, seguido, por fim, de um estágio de informação geral (conferências, visitas, viagens, trabalhos pessoais) (3).

Agora são, pois, sessenta oficiais, por ano, que, técnicos brevetados, podem ser classificados em postos altamente especializados de sua arma, em um organismo técnico interarmas ou em um estado-maior. A êstes sessenta brevetados ajuntam-se os técnicos diplomados (70 por ano), cuja formação é menos longa (18 meses).

É preciso, pois, admitir, em conclusão, que o leque sempre mais aberto, desde alguns anos, das disciplinas estudadas pelo canal do EMSCT, assegura ao Exército o pessoal qualificado de que êle necessita. No plano da diversificação do corpo de oficiais, não se pode desprezar a importância de uma tal evolução, que leva, obrigatoriamente, uma elite oriunda de uma qualificação técnica a desligar-se muito cedo. Por outro lado, os contatos mais numerosos com o exterior, os cursos seguidos em comum, as idéias permutadas e uma melhor compreensão dos elementos civis, atuam, evidentemente, sôbre o comportamento dos interessados e, através dêles, sôbre o conjunto dos quadros do Exército.

Em compensação, o Exército, por êsse meio, já adquiriu uma reputação certa nas Universidades. É fácil citar os resultados obtidos : 100% dos recebidos na Faculdade de Paris, em MPC e MPCN, ou seja, 73 oficiais. Assinalemos que êstes oficiais, em 1962 e 1963, são os primeiros

(3) Certos oficiais, tendo obtido o brevet técnico, podem pedir para prolongar seus estudos científicos, ou seja, fazer prova de candidatura sem concurso para a Escola de Guerra.

na classificação geral. Para este mesmo certificado, aos estagiários do EMSCT foram atribuídas a totalidade das menções muito bem: os resultados nas faculdades das províncias não são menos notáveis (4).

Se se admite que se trata aí somente de uma elite, será difícil não admitir também uma revalorização progressiva do corpo de oficiais em seu conjunto, revalorização que de modo algum põe em jôgo seu valor militar, mas que não pode deixar de interessar o sociólogo, desejoso de conhecer todos os aspectos do meio estudado.

Cursos para capitães e cursos de Estado-Maior

Endereçada, enfim, à maioria dos oficiais, uma última reforma interessa a todos os capitães: a partir de 1 de janeiro de 1965, os oficiais subalternos suficientemente jovens efetuarão, durante o ano de sua promoção ao posto de capitão, um estágio de cerca de cinco meses, ao término do qual serão, eventualmente, selecionados para seguir o curso de estado-maior, sendo suprimido o concurso para esta escola. Estes cursos de aperfeiçoamento, doravante sistemáticos, obrigarão todos os oficiais a uma revisão séria de seus conhecimentos gerais, bem como militares.

A formação dos oficiais, tal como se apresentava no fim de 1964, após o conjunto de reformas que evocamos, engloba uma série de elementos de apreciação, indispensáveis a quem quer que deseje formular um julgamento sobre o quadro de oficiais do Exército. É preciso admitir que a maior parte desses elementos não podia figurar no dossiê estabelecido em 1960. Estes novos dados justificam, parece, conclusões mais favoráveis, em seu todo, do que as permitidas pelo período anterior.

Problemas de gestão do pessoal

Da leitura dos capítulos consagrados por Girardet à estrutura do corpo de oficiais, é difícil tirar uma impressão otimista, se bem que o autor assinale de passagem: "sem levar a um julgamento de valor, não são mais que os termos dessa equação que nos esforçamos por definir. Quais são esses termos? Chamam-se desequilíbrio de idade entre as armas, disparidade de acesso, existência de "rôlhas" de idade, disformação da pirâmide das idades, etc. ... Estas discrepâncias, realçadas sem propósito do ponto de vista sociológico, ressaltam mesmo assim de um estado de coisas "onde dificilmente se descobrem os sinais dos esforços do comando para fazer respeitar quotas, percentagens e idades limites".

Estas críticas indiretas, relativas à gestão do pessoal, parecem *a priori* justificadas pela existência de estatutos que não foram praticamente mexidos, há cento e trinta anos. É justamente na revisão desses estatutos que o Ministério das Forças Armadas trabalha, e tal é o sentido

(4) Citemos, para 1963, o Capitão M..., que concluiu a Escola de Pontes, Canais e Estradas em primeiro lugar, e o capitão N..., segundo da Escola Superior de Eletricidade.

das reformas já adotadas ou atualmente em estudo. Certas decisões dependem ainda do mais alto escalão da administração militar, mas é possível que tragam uma resposta geral às questões implicitamente propostas pelos colaboradores de Girardet (Paul H. Bougu e Jean-Pierre Thomas).

A composição atual do corpo de oficiais, quanto à sua origem, apresenta-se de novo como antes da segunda guerra mundial. Trata-se, pois, de um nítido progresso, em comparação com a "crise contemporânea de recrutamento", estudada por Girardet.

ORIGENS	GRANDES ESCOLAS	O A	FILEIRAS	ORES
1938	35%	30%	25%	10%
1964	30%	OAIA 35%	24%	11%

Esta composição, no entanto, não é satisfatória, quando se examina a distribuição por postos dos oficiais provenientes da fileira. "É normal verificar-se, podemos ler em um estudo feito pelo DPMAT, que cêrca de 25% do total dos oficiais provêm das fileiras, mas é anormal constatar que 20% dos maiores têm a mesma origem".

Com efeito, em cada quadro de acesso para o pòsto de major, um quarto dos promovidos é composto de oficiais saídos das fileiras. Entre êles existem elementos brilhantes que, por diferentes razões, não puderam se apresentar nas fileiras das escolas militares e recuperam, por seu mérito e por seu trabalho, o atraso na partida. Entre êles, não deixa de haver exemplos de personalidades singularmente brilhantes que se tenham sobressaído — e assim continuará sempre. Mas numerosos outros devem sua promoção às excelentes notas obtidas nos postos subalternos, e a experiência prova que nos postos superiores seu rendimento torna-se menor. Esta grande proporção de maiores originários das fileiras tem como consequência o retardamento das carreiras dos oficiais provenientes das grandes escolas e, apesar da nova política administrativa adotada desde 1960, os mais jovens e os mais brilhantes maiores de Sanit-Cyr têm ainda trinta e cinco anos. Admite-se, pois, que a elite da juventude hesite em engajar-se numa carreira, onde as primeiras responsabilidades importantes são dadas tão tardiamente.

Resultado dos estudos

Uma série de estudos sôbre a política de gestão do pessoal é empreendida pelo *Bureau* de estudos gerais do DPMAT. Eis os aspectos essenciais :

Em 1960, o acesso, nas diferentes armas, era desigual. Assim, foi-se levado a adotar duas séries de medidas, de maneira a restabelecer o

equilíbrio de tôdas as armas. A criação do quadro especial respondia a êste objetivo. Os oficiais que foram colocados neste nôvo quadro tinham uma vocação administrativa. Seu limite de idade foi recuado para sessenta anos para os coronéis (último pôsto). O avanço era lento, mas os oficiais do quadro especial tinham a segurança de uma certa estabilidade na função.

Criado por regulamento de 1960, o quadro especial foi constituído por sucessivas levas de integração, até 1964. O regime de carreira começa agora. Nenhum imprevisto teve lugar e o quadro especial corresponde, no momento, perfeitamente, a seu fim: levou as armas a um rejuvenescimento pela aceleração do acesso. Além disso, uma política de conciliação entre tôdas as armas foi seguida e as disparidades manifestas, que se podia constatar antes de 1960, estão em vias de se esfumar. É assim que, para os maiores de quarenta anos ou menos, podemos levantar o seguinte quadro:

EXÉRCITO	INFANTARIA	FUZILEIROS NAVAIS	A B C
1960	102	30	66
1964	117	92	65

Estes novos efetivos indicam suficientemente que a paridade entre as carreiras está realizada nas armas, fuzileiros navais inclusive, onde o atraso era maior. Por outro lado, foram tomadas medidas quanto ao tempo de comando dos capitães das armas, para diminuir a duração de sua passagem pelos postos de oficiais subalternos. Para isto ser feito, salvo raras exceções, os oficiais que tenham ultrapassado trinta e sete anos são chamados a continuar sua carreira nos quadros especiais e assim nem todos cumprem um tempo de comando.

Entretanto, a política administrativa, adotada desde 1960, não pode atingir senão objetivos limitados, porque a atual estrutura do quadro de oficiais opõe-se às reformas que seria necessário e urgente empreender. Foram, com efeito, as grandes leis orgânicas de 1818 (Gouvion Saint-Cyr), de 1832 e de 1834 (Soult) que estabeleceram o estatuto do oficial. Estas leis, que criaram a unidade do corpo dos oficiais, são sempre aplicadas em suas disposições essenciais. À parte o quadro especial, de origem muito recente, e os corpos de execução dos serviços, todos os demais oficiais estão sujeitos às mesmas regras estatutárias de promoção e de limites de idade. Disto já vimos uma consequência: o número demasiado grande de oficiais originários das fileiras atingindo e pôsto de major provoca um retardo na carreira dos oficiais de recrutamento direto.

Para acelerar o acesso dêstes últimos e fazê-los alcançar, ao redor dos trinta anos, os postos de responsabilidade para os quais foram for-

mados, sem estagnar durante mais de quinze anos nos postos subalternos, pareceu necessário criar um novo quadro que compreenderia todos os oficiais saídos das fileiras e das escolas de armas. O Exército tem por maior preocupação tornar realidade a importante reforma do "quadro dos oficiais técnicos" (5) que, para os oficiais e suboficiais, apresentaria vantagens consideráveis: — para os oficiais do recrutamento direto e semidireto (Saint-Cyr — ESMIA): aceleração do acesso ao posto de major; — para os suboficiais verdadeira promoção social, porque a perspectiva de sua carreira seria grandemente aumentada.

Quanto aos últimos, nas condições atuais, um sargento ajudante é promovido a subtenente no mínimo aos 35 anos; e capitão aos 45. Os melhores são promovidos, com os inconvenientes que se conhece, ao posto de oficial superior, aos 50-52 anos. A reforma em curso e a adoção do estatuto dos "oficiais técnicos" permitiriam, ao contrário, promovê-los a subtenentes muito mais cedo, aos 28 ou 30 anos. Nesta idade, tendo adquirido um domínio completo das mais diversas técnicas utilizadas pelo Exército, poderiam então prestar excelentes serviços como quadros subalternos. Já que fazem falta oficiais subalternos jovens, torna-se necessário baixar o limite de idade deste novo quadro para 45 anos. Além desse limite, os capitães deixariam, pois, em princípio, o Exército, com uma reforma não negligenciável e a quase certeza de poder encetar uma segunda carreira, enquanto que, aos 52 ou 54 anos, freqüentemente, é demasiado tarde (6). Não se trata de estabelecer divisões estanques entre este quadro e as outras categorias de oficiais. Este não é o objetivo da reforma. Parece, contudo, indispensável fixar para categorias de oficiais, cujas origens, possibilidades e encargos são diferentes, estatutos diferentes. O Exército é a única grande Instituição do Estado, em que a situação anacrônica que conhecemos, estava sem solução. Ocorreu-nos, justamente, tornar conhecida aquela que está a ponto de desabrochar.

Quanto à gestão de seu pessoal, está, portanto, o Exército consciente do fato de que a atual constituição do corpo de oficiais tornará, de saída, difícil uma evolução necessária em todos os domínios. O quadro especial e, brevemente, sem dúvida, o quadro dos oficiais técnicos permitirão uma estrutura melhor adaptada às necessidades. Esta tornará possível, enfim, a aparição de grupos mais homogêneos, cujas diferentes vocações corresponderão a realidades diferentes, já inscritas nos fatos. Esta nova estrutura resolverá, pois, as principais dificuldades assinaladas por Girardet, relativas a este problema, extraordinariamente complexo, da administração do pessoal.

(5) Empregamos aí um termo que não é definitivo, com o objetivo de facilitar a compreensão, já que até aqui foi utilizado nos estudos sobre esse assunto. O projeto de lei deve ainda homologá-lo.

(6) Vimos, em um estudo recente do problema da reconversão dos oficiais: 45 anos é justamente a idade limite aceitável para o civil (Notas e documentos n. 93).

Remunerações

Não parece de interesse insistir nas mudanças sobrevindas no modo de vida de um Exército que passa do tempo de guerra para o tempo de paz. É evidente que as situações familiares que Girardet ressaltou, particularmente difíceis para numerosas categorias de oficiais, não mais têm equivalência nas atuais condições.

O problema da remuneração é mais complexo. Uma reforma em curso trata dos prêmios de qualificação. Quanto a isto, é difícil argumentar, porque nenhuma medida efetiva foi ainda tomada. Pode-se, contudo, reconhecer que a questão ultrapassou o estágio dos estudos para o das propostas, e é de esperar que o tempo das decisões não tardará. Aí, ainda, pode-se, razoavelmente, falar de uma evolução, cujo resultado será uma melhoria do nível de vida de numerosos oficiais.

A noção de carreira curta

Nossa apresentação da situação atual parecer-nos-ia incompleta se não fizéssemos alusão, para terminar, às numerosas reconversões, como se manifestaram recentemente: as saídas para atividades civis são muito mais freqüentes, já que estimuladas pelo Comando. Os quadros tornaram-se, com efeito, demasiado numerosos após o fim da guerra da Argélia e da reorganização do Exército. As partidas em meio de carreira, de fato, sempre existiram. Somavam em média 700, nos anos normais, para o conjunto das Forças Armadas. Mas em 1964, mais de 2.500 oficiais deixam voluntariamente somente o Exército (7).

O interesse deste fenômeno reside na aceitação, cada vez maior, da noção de carreira curta: as impressões colhidas, na maioria dos casos de reconversão, são favoráveis. Do ponto de vista psico-social, é preciso notar que a experiência militar enriqueceu os oficiais com um potencial humano muito utilizável na vida civil (tino de contatos humanos, capacidade de adaptação, conhecimento da juventude, senso de responsabilidade e de comando, etc.). Por outro lado, numerosas qualificações militares são imediatamente aplicáveis, sem dificuldades, e favorecem, também, as carreiras curtas.

As possibilidades de reconversão, às quais aludimos aqui, só têm interesse no plano sociológico, possibilidade que os diretores de centros, como a ECE (Escola dos Chefes de Empresas), a CEGOC (Comissão Geral da Organização Científica), ou ainda as diferentes câmaras de comércio, onde oficiais realizam estágios de iniciação nos negócios, estão concordes em reconhecer. O que é verdadeiro para o setor privado, também o é para o setor público: recebemos pessoalmente, ao termo

(7) As saídas maciças atuais, estimuladas pelo Comando, devem ser consideradas como o resultado de uma situação do momento. As partidas ocasionadas por este movimento, em parte equilibradas pela criação do quadro dos oficiais técnicos, permitirão uma nova situação estável, fruto da atual transformação do meio militar.

do primeiro estágio obrigatório, o conceito altamente elogioso da Inspectora-Geral da Academia de Paris, sobre os oficiais encaminhados para o ensino. Ela testemunhou-nos sua sincera estima por este grupo de cerca de cinquenta futuros docentes, que seriam os primeiros a deixar o Exército pela Educação nacional.

Concluindo este capítulo, consagrado a uma tomada de posição quanto às grandes questões apresentadas pela "crise militar francesa 1945-1962" e, sem afirmar que todos os problemas estejam atualmente resolvidos, podemos dizer que, quanto à formação dos oficiais, bem como quanto às reformas de estrutura empreendidas, a situação atual assinala um nítido progresso sobre o período precedente, período de crise, como o indica o título da obra.

Conclusão

Parece-nos possível, no curso deste estudo, não apelar para as idéias de Girardet quanto à crise ideológica e ao drama argelino. Esta última parte do *dossiê*, essencialmente subjetiva, diz respeito a um passado em cuja evocação parece-nos vão deleitarmo-nos, quando resta ao Exército tantos problemas a resolver no quadro de seu futuro. A este respeito, a "crise militar" foi superada, embora tôdas as dificuldades materiais não tenham sido ainda resolvidas. Desejamos, apenas, divulgar o *dossiê* e desenvolvê-lo, trazendo-lhe elementos novos e positivos que, pensamos, modificam as conclusões algo pessimistas de Girardet.

No plano sociológico, qual a impressão que se destaca, ao termo deste estudo da evolução do corpo de oficiais? Parece ser preciso salientar logo, em primeiro lugar, a permanência imutável e extraordinária de uma mesma estrutura durante gerações, a do Exército de 1939. Esta estrutura, pela primeira vez, foi posta em discussão no período de após-guerra, pela proporção, anormal para o "tempo de paz", do recrutamento de oficiais de carreira por outras vias que não as das escolas — e isto durante todo o período da guerra da Indochina, depois a da Argélia.

A proporção dos oficiais de recrutamento direto achava-se totalmente invertida, pela adição maciça dos quadros de recompletamento, advindos, com mais freqüência, das fileiras. Perdidos nessa massa, os Saint-Cyrianos, nos corpos de tropa, surgiram como "fenômenos".

Ao termo dos últimos conflitos "coloniais", um tal desequilíbrio não podia subsistir, quando o Exército entrava resolutamente, embora com atraso, na era nuclear. O novo gênero de combate que ela admite, investe de enormes responsabilidades os pequenos escalões isolados num campo de batalha, onde o átomo desintegra as unidades e a dispersão é a regra. Por outro lado, as definições não são mais em termos de efetivos, mas de materiais que é preciso servir. Os investimentos financeiros consagrados ao material sobrecarregam os quadros de crescente responsabilidade cada dia. Investimentos correspondentes — despesas de instrução (formação), bem como de funcionamento (soldos) — devem, pois, permitir a estes quadros assumir tais responsabilidades.

Esta situação clama obrigatoriamente por uma mutação, dolorosa para certos oficiais, cuja longa experiência de contraguerrilha não é suficiente. Esta mutação acarreta, de uma parte, um novo sistema de formação; de outra, e sobretudo, a criação do quadro especial e, brevemente, do quadro de oficiais técnicos. Estas reformas, que definirão novos estatutos para grandes categorias de oficiais, confirmarão a diversidade indispensável das estruturas já inscritas nos fatos e que é uma constante no mundo civil. A sociedade militar é, pois, chamada, neste sentido, a se aproximar do tipo de sociedade nacional, que é a nossa. É, portanto, com uma nota decididamente positiva que desejamos concluir este estudo de um *dossiê* que, fixado em época determinada, não encontrava, de imediato, a esperança.



AOS NOSSOS COLABORADORES

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".